

O olhar e a trama do texto: diagramas lógicos e visualidade plástica da comunicação e expressão verbais

Ernesto de Souza Pachito ¹

Introdução

A técnica de nossos maiores dicionários apresentarem uma definição de um vocábulo sempre com o recurso do exemplo de extratos de texto sempre nos soou como sintomático. Como um sintoma de uma dependência da significação a uma certa poética, ou densidade quase-matérica e expressiva e que visa a si mesma, da linguagem, e a uma certa contextualização que tentamos, não diríamos analisar, mas escrever-com, para transcriar seus mecanismos de funcionamento, talvez no sentido dos Irmãos Campos quando reconstroem um poema em outra língua, mantendo suas características, suas relações, suas proporções fônicas, imagéticas e de sentido, mas não necessariamente trazendo para o texto os correlatos literais encontráveis, por exemplo, em dicionários de língua. Transcrição que é ao nosso ver tudo que a ciência pode fazer em relação a qualquer objeto de estudo que possua, onde a transmissão de conteúdos significativos se daria, se nos permitirem uma metáfora dos *mass media*, por uma espécie de *teletransporte* ou, *indução eletromagnética*, não havendo, ao que parece, comunicabilidade direta entre os campos do objeto de estudo e da mente interpretadora ou entre a definição como Interpretante e essa mesma mente. Tratar-se-ia de uma indizibilidade, ou, antes disso, de uma intangibilidade do Objeto, o que quer que ele seja. Peirce demonstra isso muito bem - embora queiramos ir além deste pensador não quanto à sua arquitetura dos signos, mas quanto à sua suposta ontologia -, no seu conceito de Experiência Colateral. Em resumo, só alcançamos qualquer significado sobre objetos, ou antes, qualquer percepção, a partir de um contexto em que tal objeto (coisa ou signo) está

imerso e nos induz (no sentido da eletricidade) a nele *participar*. Advindo daí a colateralidade.

Assim como acreditamos com Peirce na impossibilidade de alcance do Objeto do signo, também não acreditamos numa comunicação por via meramente lógica - pelo menos por uma lógica pré-hegeliana, plena de função referencial da linguagem diria Jakobson -, das nossas experiências existenciais significativas, e tomo aqui significativo no sentido de propício para uma abertura para o ser, tal como Heidegger o descreve em sua relação ao Dizer Poético, *La Dite, Die sage*. Assim, caminhamos na direção de uma negação do aspecto fundamental de qualquer discussão sobre o Fundamento, bem à maneira do pensamento otimista, mas não ingênuo, de Gianni Vattimo. Tal aspecto é a possibilidade de referência do signo. Resumindo, não há pertinência na pergunta sobre qual é o fundamento da existência e mesmo se houvesse e se soubéssemos a resposta a esta pergunta, tal resposta não seria dizível seria apenas presentável² e manifestar-se-ia na dimensão estética da “comunicação poética” (aquilo que está entranhado em Peirce, no seu conceito monádico de “Ícone” e que em Heidegger, ao contrário, assume um caráter dialógico, de *Ge-Spräch*), estendendo-se o termo “poética” a outros sistemas semióticos que não os verbais.

A interação entre entes, pelo menos no aspecto sígnico, se dá através daquilo que na linguagem, ou signagem, de fato ocorre como Poética, ou, ultrapassamento semântico das definições *dicionárias* da lógica convencional por expressividade estética que visa (enfoca, segundo Jakobson) a si mesma. Vejamos Heidegger in Vattimo: “a lin-

guagem não é uma simples faculdade do homem' [...] ela é 'a relação de todas as relações'" (Vattimo, 1996: p.61). Ultrapassamento estético de uma *idéia sobre a linguagem* que, provavelmente, não é aplicável nem às construções de linguagem da lógica tradicional. Ultrapassamento de todo um paradigma científico que talvez tenha se configurado mais completamente nas inovações e paradoxos da Física Quântica e Relativista. Seria tal ultrapassamento a comunicação entre as moradas ocidentais e orientais do Ser, consubstanciadas nos respectivos Dizeres-Poéticos, que Heidegger a princípio coloca como incomunicáveis em seu famoso diálogo com o sábio japonês, mas que seria possível entre si *entre-terem* uma *con-versa* cujo conteúdo é a própria forma do diálogo e é indizível?

A respeito da pós-modernidade enquanto salto quântico da prisão do paradoxo que afirma não se poder superar a superação (moderna) principalmente em nome de uma verdade fundante, a proposição que podemos captar em Gianni Vattimo, segundo a qual não há fundamento discorrer sobre a questão do fundamento lembra um *koan* (enigma usado para meditação e iluminação) zen-budista e o já prosaico silenciar dos monges dessa seita frente às ávidas perguntas de seus discípulos. Como esses *koans*, tal pergunta porta um Interpretante Lógico (no sentido peirceano) talvez tão intransmissível quanto a experiência das coisas do mundo.

O sentido disseminado

Como foi dito na introdução, uma das coisas mais sugestivas que nos apareceram nos últimos meses de estudo de poesia e linguagem foi a constatação de que nosso mais conceituado dicionário quase sempre adiciona à definição que dá a um termo uma passagem de prosa ou poesia dentro da qual se encontra contextualizado tal verbete e só assim, parece-nos, o autor do dicionário consegue arrematar uma certa totalidade de sentido desse verbete e remetê-la ao leitor. Se pudéssemos, num lance de ousadia, aplicar a

Teoria da Gestalt à conformação do significado de uma expressão verbal, nós poderíamos dizer que esse é maior que a soma lógica ou linear dos fatores de sua definição. Tomo aqui definição no sentido lógico.

A definição lógica, segundo Abbagnano, é uma "declaração de uma essência" que pode ser *substancial* (da substância constitutiva de um dado ente, supondo-se que existe uma), *nominal* (do nome usado para referir este ou aquele ente) ou da *essência enquanto significado*. Já mesmo em *Aristóteles* a definição enquanto declaração da essência substancial pode ser "a declaração *não demonstrável* [atenção para o nosso itálico] da essência; num segundo sentido, pode ser a dedução da essência e diferir da demonstração só pela disposição das palavras; num terceiro sentido pode ser a conclusão da demonstração da essência" o primeiro caso aplicar-se-ia a substâncias, o segundo e o terceiro a fatos. Para *Aristóteles* a mera referencialidade do termo que define (do signo) não é definição, mas "só há definição quando o termo significa algo de primário, o que ocorre quando se fala de coisas que não podem ser predicados de outras coisas" (*Aristóteles, Metafísica, VII,4, 1030 a 6 apud Abbagnano, 2000: p.235*)

Quando lemos o verbete inserido num texto é que realmente captamos o sentido do mesmo. Parece que há um ultrapassamento semântico adquirido pelo verbete em relação à sua definição quando está inserido num texto em que talvez aí transformar-se-ia naquilo que Greimas chama "lexema". Nada mais natural se observarmos a teoria estruturalista que afirma ser todo sema um traço distintivo, ou seja, algo que se configura por disjunção, por oposição, dentro de um sistema. Aqui, nos deparamos com uma interessante hipótese para resolver a pergunta "em que consistiria tal ultrapassamento?" Ou seja: seria esse notório efeito obra daquilo que Roman Jakobson chamou "função poética da linguagem"?

Assim, poderíamos tentar nos aproximar desse fenômeno de constituição de sentido pela inclusão do signo no seio de um contexto semiótico dado (ou colateral?) pela via de Jakobson, que entreviu na linguagem as seis funções lar-

gamente conhecidas (referencial, emotiva, conativa, fática, metalingüística e poética). Dentro desta via, uma importante contribuição pode ser encontrada na afirmação de Jakobson que diz que: “não podemos restringir a noção de informação ao aspecto cognitivo da linguagem” (Jakobson, 1969: p.124). Concordamos com esta afirmação e sustentamos que a definição lógica de uma palavra via uma linguagem em que predomine a função referencial é insuficiente.

A definição mais próxima da ‘suficiência’ não é aquela obtida por representação, e sim por apresentação do Objeto (Objeto em sentido peirceano) do signo. Definimos representação por uma relação dual entre algo que refere e um referente onde o que refere está numa posição de substituição, de *estar-para*. A apresentação que se *põe* em si mesma, ou talvez que veicula apenas a si mesma em sua densidade (se é que nela há dicotomia veículo *versus* veiculado – acreditamos haver ao contrário um tipo de reflexividade não referencial) é sempre parcial – paradoxo – e sujeita ao próximo momento de seu vir-a-ser; pois, segundo aquilo com que concordamos em Peirce, o Objeto Dinâmico, o objeto-em-si de um signo é inatingível e, acrescentamos, assim o é *não porque esteja fora do sensível, num outro reino, mas porque é incessantemente gerado no devir do ser, imanente ao fenômeno*. Ou seja, procuramos trabalhar aqui com *estruturas não estáveis do ser*, no rastro do pensamento de Gianni Vattimo (1996: p.VII).

A função poética, enquanto possível única portadora do sentido, aqui está apenas, se isso for viável, isolada provisoriamente das outras funções próprias da linguagem. Ela é definida por Jakobson da seguinte forma: “O pendor (*Einstellung*) para a mensagem como tal, o enfoque da mensagem por ela própria, eis a função poética da linguagem”. Sua definição poderia ser desenvolvida nos seguintes termos: a função poética é a expressividade material da linguagem que não é auto-referente - pois seria função metalingüística -, mas, acrescentamos, que se *dá* a si mesma, tem uma *mesmidade* em sentido ontológico (Heidegger, [s.d.] A p.187), mesmidade plena de Di-ferença.

A matéria dessa expressividade não podendo ser dissociada de seu “conteúdo”.

O *dar-se* da função poética é uma forma diferente de ser *para si* que realmente parece-nos muito mais próxima da *tensão* heideggeriana da Di-ferença constituinte entre ser e ente de linguagem. Este termo *Einstellung*, que na tradução brasileira que lemos, feita por Isidoro Blikstein e José Paulo Paes, assumiu o vocábulo “enfoque”, pode ser visto como uma ênfase, um apresentar-se, de qualquer modo.

A logopéia ou a poesia da forma lógica

Aquilo que para Heidegger deveria soar como metafísica, o sentido de uma expressão, hipostasiemos, poderia, na noção poundiana de “logopéia” (Campos *in* Pound, 1998: p.11), ser manipulado pelo poeta até que esse consiga nele moldar uma “forma”, um jogo do sentido ou dos sentidos dessa expressão. Só que tal jogo está estreitamente atado, imanente, à própria corporeidade do significante como também nos mostra Jakobson na afirmação de que “a equivalência de som, projetada na seqüência como seu princípio constitutivo, implica inevitavelmente equivalência semântica” (Jakobson, 1969: p.146-147), lembremos também que a essência da função poética para Jakobson se resume ao fato de que esta “projeta o princípio de equivalência do eixo da seleção sobre o eixo de combinação” (Jakobson, 1969: p.130).

Esse jogo, essa forma intelectual que configuraria a dimensão logopaica do texto é também uma arquitetura, um arranjo, e aqui deveríamos pensar o conceito de sintaxe como arquitetura que também se pode moldar de forma *estésica* (para diferir de qualquer Estética idealista, burguesa) ou, pelo menos, expressiva de si própria. Assim, não possuiria esse arranjo uma propriedade poética? E, do ponto de vista da elucidação de significados, da decodificação ou decifração, da tradução, qual a diferença entre tal arranjo quando presente, por um lado, num contexto e, por outro

lado, quando desdobrado (*expandido* é o termo greimasiano) numa definição de um verbete de dicionário? O próprio Jakobson afirma que “o modelo de verso” estende-se a outros sistemas semióticos que não os puramente verbais.

Pelo menos no caso da poesia tradicional há efeito estético, pois quando pensamos em arquitetura do sentido já estamos articulando um *sentir* sobre uma forma de *imagem*, no sentido de algo esquematizável. Esse diferencial, por si só, já é um ultrapassamento morfossemântico do signo encaixado num contexto em relação à sua denominação, à sua “paráfrase” em linguagem “dicionária” (como diria João Cabral de Melo Netto) à sua explicação por uma linguagem onde a função referencial descritiva predomine.

Há uma arquitetura imanente ao significante e que é portadora da convergência, e não comunicação nem “inteligibilidade”, entre o emissor e o receptor da “expressão”. Tal arquitetura é, nada mais nada menos, acreditamos, que Primeiridade, no sentido peirceano:

Haveria, aqui [na primeiridade], uma total ausência de binariedade. Não posso chamá-la de unidade, pois mesmo a unidade supõe a pluralidade. Posso denominar sua forma de Primeiridade, Originalidade ou Originalidade. Seria algo *que é aquilo que é sem referência a qualquer outra coisa* dentro dele, ou fora dele, independentemente de toda força e de toda razão (Peirce, 1999: p.24, par.85)

Assim, enquanto diagrama logopaico, tal sintagma pertence muito mais à visualidade, ou à uma capacidade humana de esquematizar, do que à *imagem acústica* e esta, em sua manifestação poética talvez pertença muito mais à tutilidade, podemos “tatear” com nosso tímpano mental a vibração da palavra *sob* a letra. Em tal arquitetura, numa estrutura como esta, que não é apenas Idéia e não é totalizante nem fechada, é que se dá, supomos, o sentido do verbete, talvez naquilo que Peirce chamou consciência sintética na aplicação de seu pensamento à psicologia.

Aqui não gostaríamos de avaliar a velha hierarquia, onto-teológica que estabelece um *crescendo* que vai daquilo

que é tido como o mais grosseiro (o tátil), passa por um grau intermediário (o auditivo), “sobe” para a visualidade e ruma para a idéia pura não sensível, apenas pensável. A grande contribuição peirceana nesse sentido é de demonstrar a dependência do pensamento (mesmo que em instância de ente humano individual) de uma exteriorização enquanto signo; para Peirce só é possível pensar através de signos, o que “contamina” todo pensamento com corporeidade, destrói essa velha hierarquia metafísica e é a expressão de um particular monismo no qual corpo e mente possuem um grau, mesmo que pequeno, de entrelaçamento. Mas, ao que parece, Peirce também não dá conta do problema, seu sistema semiótico está repleto de uma sutil metafísica que transcende o mundo material num duplo sentido: rumo à localização de um Objeto Dinâmico do signo, sempre inatingível e rumo a um Interpretante Final, presente enquanto *assíntota* ideal, limite, em sentido matemático.

Invisíveis e reluzentes arquiteturas lógicas. Um polímero peirceano.

Assim, hipostasiadas as arquiteturas na dimensão logopaica do texto, uma hipótese que levantamos é a dessa sintaxe lógica ser constituída por fios invisíveis, relações, as mesmas que se polimerizam quando enunciamos um (con)texto. É no seio desse arranjo que um dos parâmetros que formam expressão e recepção, a dimensão lógica, “fala de forma muda” e contribui efetivamente para tal “contato sem toque” entre leitor e interpretante de signo verbal dentro de um contexto. Parece-nos que relações geométricas e proto-semânticas, icônicas para Peirce certamente, regem esse polímero. O uso de diagramas de Venn na verificação da validade de silogismos é um exemplo de tal visualidade.

Pensamos que tal arranjo, tal forma, pode ser também entrevisto no conceito peirceano de contexto, aquele meio que proporciona, por um tipo de interação múltipla, a Informação Colateral, ou Experiência Colateral na qual

objetos dinâmicos de signos estão entrelaçados e nos fornecem Objetos Imediatos também entrelaçados num tecido, numa trama, que possui forma.

Para Peirce, o signo, isoladamente, só comunica aquilo que o intérprete já conhece do seu Objeto. Toda informação sobre o signo é transmitida por *algo mais* que apenas se dá, contextualmente, já que, ainda em Peirce, só é Signo algo que se refira a um objeto sobre o qual já tenhamos conhecimento. Esse contexto pode ter relação com o arranjo formal a que nos referíamos acima, a rede de fios invisíveis que se polimeriza ao enunciarmos algo através da sintaxe lógica.

O que complica é que se cada contexto é passível de ser transformado em diagrama é porque, já nesse momento, o transformamos em Signo, o diagrama, logo está fora da *terra incognita* da Experiência Colateral.

Retornando à linguagem como “Gesto” para Heidegger, estamos propriamente dentro da jurisdição da reflexão sobre a Identidade, sobre as condições de existência desse contexto e por extensão de todo o processo de comunicação, sobre a existência da linguagem, sobre o problema da linguagem configurar ou não um ente, ou entes. O problema da dependência contextual questiona a própria existência do Signo, já que esta dependência pode cair numa remissão *ad infinitum* e nós fatalmente seríamos lançados ao problema do contexto último, Verbo, Logos ou Tao, como se queira.

Heidegger insiste na incomunicabilidade do sentido da Di-ferença entre a presença e aquilo que está presente dentro do desdobramento (*deploiement*) da linguagem, coisa que tem uma certa analogia em Peirce quando analisamos aquela passagem de seu pensamento em que é descrita a saída do mergulho, na Primeiridade, de intérprete e Objeto enquanto Ícone Puro, para a configuração do Ícone atual, ou seja, a saída daquele momento em que estamos numa fusão com objeto percebido, numa mônada e após o qual, logo a seguir aparece a dualidade.³ Mas mantenhamos as distâncias, em Heidegger, tal desdobramento tem um caráter plástico, é *faire-signé*, é gestualidade a partir do silêncio.

O sentido de uma dada expressão só se revela, em Peirce, na Experiência Colateral que é uma zona não-sígnica, mas que tem uma presença, de qualquer forma, e aonde se formam liames entre os signos. Aí, o olho é mais importante que a verbalidade, que a *phoné*, vista como presença de uma imagem acústica, para a configuração do sentido de uma expressão, entidade estrutural, diagramática.

A função poética da linguagem é apresentação do signo, é encarnação do seu sentido na sua própria materialidade ou lembrança de materialidade, é um *loop* na cadeia infinita da semiose que faz a remissão da leitura a si mesma. A Di-ferença, em Heidegger, entre ente de linguagem e ser de linguagem é ao mesmo tempo retorno da linguagem a si própria. Se $A=A$ (identidade de um texto A), temos, a princípio, um e somente um termo que se desdobra numa relação consigo mesmo. A função poética da linguagem de Jakobson traz, dialogicamente, os dois membros da equação para uma imanência e simultaneamente uma diferença análoga à vislumbrada por Heidegger. O sentido se dá na transcendência dessa “dualidade do igual”, que é indizível. O sentido é dependente da sensorialidade. É estésico.

Notas

¹ Ernesto de Souza Pachito é arquiteto urbanista (UFES), Mestre em estudos Literários (UFES), Compositor, arranjador e escritor. É Professor Assistente I de Estética e História da Arte na UFES.

² “Apresentação” é um termo técnico da teoria poética. Opõe-se a “representação”. Nesta última há uma dualidade: aquilo que representa é distinto do representado. Na “apresentação” o representado e representante são imaneses sem serem propriamente idênticos. Estão tão entranhados que um está em cada ponto do outro mesmo sem serem propriamente idênticos. Só existem em separado como reduções de análise, como abstrações.

³ Peirce exemplifica o surgimento da consciência num nível ao mesmo tempo filogenético (referente à espécie humana em termos de história, natural ou não) e ontogenético (referente à formação do indivíduo e mais além no dia-a-dia deste) como uma tripartição onde o primeiro momento é semelhante à saída de um sono, quando ainda imersos em sonho sentimos um quase imperceptível incômodo causado pela campanha de um despertador. É tal estado de indiferenciação entre sujeito e objeto que configura a Primeiridade, monádica, que nos referimos. Ele precede já o momento imediatamente subsequente quando ouvimos claramente o objeto de nosso sentido auditivo como distinto de nosso psiquismo. Aí

estamos em Secundidade. Ao inferirmos que se trata de um despertador, que já é hora de acordarmos, formamos um juízo, um Interpretante, estando já em Terceiridade.

Referências Bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. 4ª. Edição. São Paulo, Martins Fontes, 2000.
- BAYER, Raymond. *História da Estética*. Trad. José Saramago. Lisboa, Editorial Estampa, s.d.
- CAMPOS, Haroldo de. *Os Melhores Poemas de Haroldo de Campos*. Sel. Inês Oseki Dépré. São Paulo, Global, 1992. pp. 70.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.
- GREIMAS, Algirdas J. *Semântica Estrutural – Pesquisa de Método*. Trad. Haquira Osakabe e Izidoro Blikstein. São Paulo, Cultrix, 1973.
- HEIDEGGER, Martin. *O Princípio da Identidade* in: HEIDEGGER, Martin *Conferências e Escritos Filosóficos*. Coleção *Os pensadores*. Trad. e Notas Ernildo Stein. São Paulo, Nova Cultural, s.d.A
- _____. *A Constituição Onto-teo-lógica da Metafísica* in: HEIDEGGER, Martin *Conferências e Escritos Filosóficos*. Coleção *Os pensadores*. Trad. e Notas Ernildo Stein. São Paulo, Nova Cultural, s.d. B
- _____. *La Parole* in: HEIDEGGER, Martin. *Acheminement vers la Parole*. Trad. Jean Beaufret, Wolfgang Brokmeier e François Fédier. Paris, Gallimard, s.d.C pp. 11 até 37.
- _____. *D'un Entretien de la Parole – Entre un Japonais et un qui demande* in: HEIDEGGER, Martin. *Acheminement vers la Parole*. Trad. Jean Beaufret, Wolfgang Brokmeier e François Fédier. Paris, Gallimard, s.d.D pp. 85 até 140.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e Poética* in: JAKOBSON, Roman. *Linguística e Comunicação*. Trad. Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. 2ª. Edição, Revista. São Paulo, Cultrix, 1969. pp. 118 - 162.
- PEIRCE, Charles Sanders. *Semiótica*. Trad. José Teixeira Coelho Neto. 3ª. Edição. São Paulo, Perspectiva, 1999.
- POUND, Ezra. *ABC da Literatura*. Trad. Augusto de Campos e José Paulo Paes. São Paulo, Cultrix, 1998.
- SANTAELLA, Lucia. *A Teoria Geral dos Signos – Como as linguagens significam as coisas*. São Paulo, Pioneira, 2000.
- VATTIMO, Gianni. *O fim da Modernidade – Nihilismo e Hermenêutica na Cultura pós moderna*. Trad. Eduardo Brandão. São Paulo, Martins Fontes, 1996.